

NOTA

Assunto: **Relatório de síntese da sessão plenária
– Bruxelas, 11 e 13 de Junho de 2003**¹

Obtenção de um consenso

1. Em 13 de Junho, a Convenção chegou a um amplo consenso quanto aos textos a apresentar ao Conselho Europeu de Salónica pelo Presidente da Convenção, em nome desta, a saber: o Preâmbulo, a Parte I (disposições constitucionais), a Parte II (Carta dos Direitos Fundamentais), bem como os protocolos relativos ao papel dos parlamentos nacionais e à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade (CONV 797/1/03). O Presidente recordou o mandato conferido pelo Conselho Europeu de Laeken e saudou os Convencionais por terem chegado a "um resultado inesperado".
2. A 13 de Junho, após dois dias de debate em plenário e intensas negociações internas a nível das diversas componentes da Convenção e dos grupos políticos e de todos eles entre si, o Presidente apresentou o texto revisto pelo Praesidium à luz dos resultados desses debates, após terem sido introduzidas alterações no Preâmbulo, no capítulo da Parte I relativo às Instituições e na Parte II, relativa à Carta, e inserida uma nova disposição respeitante à "iniciativa dos cidadãos" (CONV 811/03). O Presidente salientou que o texto era fruto de um esforço colectivo no sentido de identificar progressivamente um ponto de equilíbrio entre as diferentes expectativas e sensibilidades dos membros da Convenção.

¹ O relato integral da sessão plenária pode ser consultado no sítio Internet, no seguinte endereço: www.european-convention.eu.int

3. Nas suas intervenções, os Convencionais congratularam-se com o resultado final, que consideraram justo e equilibrado, e que muitos qualificaram de feito histórico. Mantendo embora o equilíbrio entre os Estados-Membros e entre as Instituições, a Convenção conseguiu reconfigurar a União de modo a torná-la mais transparente e mais próxima dos cidadãos, com competências mais claras e um processo decisório mais eficaz e democrático. Todos saudaram o facto de o método da Convenção se ter revelado eficaz na elaboração de um texto uno, sem alternativas, e de terem sido introduzidos melhoramentos em domínios nos quais as sucessivas CIG se haviam revelado infrutíferas. Entre as vitórias da Convenção, os oradores destacaram a abolição da estrutura em pilares, a atribuição de uma personalidade jurídica única, a integração da Carta, a simplificação dos instrumentos e processos, o importante reforço dos papéis do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais, o alargamento da decisão por VMQ e a adopção de actos legislativos por co-decisão, e ainda a criação do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE.
4. Os Convencionais apelaram aos Estados-Membros no sentido de não porem em causa o texto na CIG, pois tal poderia fazer perigar o delicado equilíbrio obtido pela Convenção.
5. Não obstante a avaliação positiva do resultado global, alguns intervenientes entenderam que a Convenção deveria ter reduzido mais o recurso à unanimidade, especialmente nos domínios fiscal e da PESC, e outros mostraram-se desapontados pelo facto de na Parte I não serem mencionados os serviços de interesse geral. Outros ainda consideraram que a Convenção fora demasiado longe nalgumas matérias, tais como a cooperação estruturada no domínio da defesa ou o comércio de serviços culturais, tendo também sido expressas reservas quanto à definição da maioria qualificada.

Questões evocadas durante os debates

6. Para além das questões acima mencionadas, foram levantados outros problemas nos debates do plenário.

7. Alguns membros consideraram que o Preâmbulo deveria conter uma referência clara ao cristianismo ou aos valores cristãos; outros opuseram-se a esta ideia, afirmando que o trecho actual relativo às "heranças religiosas" já era suficiente e que não podiam aceitar nenhuma referência a uma religião específica.
8. Houve quem entendesse que a "ponte" sobre a VMQ violava os direitos dos parlamentos nacionais, porque a sua utilização não exigiria a ratificação pelos Estados-Membros. Em contrapartida, outros afirmaram rezear que na prática nunca viesse a ser utilizada e que a perpetuação do veto nacional tornasse a União menos eficaz. Os membros concordaram em geral com a utilidade da cláusula em questão, por não ser ainda oportuna a abolição do direito de veto.
9. No que respeita à Carta, um certo número de Convencionais exprimiu o seu espanto e as suas reservas quanto ao período sobre as anotações à Carta que o Praesidium decidira inserir no Preâmbulo da Carta (início da Parte II). O Presidente do Grupo de Trabalho II defendeu todavia esta solução, que qualificou de compromisso razoável, e que não equivaleria a conferir pleno estatuto jurídico às anotações propriamente ditas. Outros membros apoiaram esta posição, realçando tratar-se de um compromisso de que, pelo menos, cinco Estados-Membros precisavam para possibilitar a ratificação da integração da Carta na Constituição, conforme proposto pelo Praesidium. Finalmente, outros observaram que, embora a concessão fosse muito dolorosa, estariam dispostos a aceitar a inclusão do referido trecho no Preâmbulo se tal fosse necessário para permitir a integração da Carta, mas que se teriam oposto à redacção de um artigo da Constituição acerca das anotações.
10. Alguns oradores afirmaram que a União carecia de um processo de revisão dos Tratados mais simples, sem unanimidade nem ratificação nacional. O Presidente, sublinhando embora a natureza sensível desta questão e a necessidade de assegurar a atribuição de um papel aos parlamentos nacionais, indicou que a matéria poderia ser aprofundada no contexto da Parte IV.

11. Por último, o Presidente informou a Convenção de que, no seu relatório ao Conselho Europeu, faria referência a "áreas de discordância" no caso de esta ter sido expressa colectivamente, como acontecera com o "relatório da minoria" de cinco membros da Convenção, que teria o cuidado de entregar ao Presidente do Conselho Europeu.

Continuação da análise das Partes III e IV

12. O Presidente confirmou a sua intenção de solicitar ao Conselho Europeu a prorrogação do mandato da Convenção, para que esta possa ultimar as Partes III e IV. Até às 13h00 do dia 23 de Junho, segunda-feira, os membros poderão enviar ao Secretariado as suas propostas de alteração a essas partes. Sob reserva das decisões do Conselho Europeu, anunciou que, em princípio, o plenário da Convenção se reuniria a 4 e a 9/10 de Julho.

List of speakers following order of intervention.

Plenary meeting 11, 12 and 13 June 2003

LIST OF SPEAKERS

Wednesday 11 June

1. Mr Andrew DUFF – European Parliament
2. Mr Elmar BROK – European Parliament
3. Mr Jens-Peter BONDE – European Parliament
4. Ms Hildegard PUWAK – Romania (Government)
5. Mr Michel BARNIER – Commission
6. Mr René van der LINDEN – Netherlands (Parliament)
7. Mr Jürgen MEYER – Germany (Parliament)
8. Mr Dick ROCHE – Ireland (Government)
9. Mr Antonio TAJANI – European Parliament
10. Mr Josep BORRELL FONTELLES – Spain (Parliament)
11. Ms Pascale ANDREANI – France (Government)
12. Ms Marietta GIANNAKOU – Greece (Parliament)
13. Mr Gijs de VRIES – Netherlands (Government)
14. Mr Hubert HAENEL – France (Parliament)
15. Mr Erwin TEUFEL – Germany (Parliament)
16. Mr Alain LAMASSOURE – European Parliament
17. Mr Proinsias de ROSSA – Ireland (Parliament)
18. Mr Pierre LEQUILLER – France (Parliament)
19. Mr Joschka FISCHER – Germany (Government)
20. Ms Lena HJELM-WALLÉN – Sweden (Government)
21. Mr Peter HAIN – United Kingdom (Government)
22. Mr Alojz PETERLE – Slovenia (Parliament)
23. Ms Ana PALACIO – Spain (Government)
- *****
24. Mr Iñigo MENDEZ DE VIGO – European Parliament
25. Ms Marietta GIANNAKOU – Greece (Parliament)
26. Mr Johannes VOGGENHUBER – European Parliament
27. Mr Jacques SANTER – Luxembourg (Government)
28. Mr Tunne KELAM – Estonia (Parliament)
29. Mr Georgios KATIFORIS – Greece (Government)
30. Mr Elmar BROK – European Parliament
31. Mr Michel BARNIER – Commission
32. Mr Paraskevas AVGERINOS – Greece (Parliament)
33. Mr Vytenis ANDRIUKAITIS – Lithuania (Parliament)
34. Mr Adrian SEVERIN – Romania (Parliament)
35. Ms Hanja MAIJ-WEGGEN – European Parliament
36. Mr Kimmo KILJUNEN – Finland (Parliament)
37. Mr Andrew DUFF – European Parliament
38. Mr Olivier DUHAMEL – European Parliament
39. Mr Peter HAIN – United Kingdom (Government)
40. Mr Jan ZHRADIL – Czech Republic (Parliament)
41. Mr Valdo SPINI – Italy (Parliament)

42. Ms Cristiana MUSCARDINI – European Parliament
43. Mr Josep BORRELL FONTELLES – Spain (Parliament)
44. Mr René van der LINDEN – Netherlands (Parliament)
45. Mr Göran LENNMARKER – Sweden (Parliament)
46. Mr Panayotis DEMETRIOU – Cyprus (Parliament)
47. Ms Sylvia-Yvonne KAUFMANN – European Parliament
48. Mr Pierre LEQUILLER – France (Parliament)
49. Mr Ben FAYOT – Luxembourg (Parliament)
50. Mr Gijds de VRIES – Netherlands (Government)
51. Lord TOMLINSON – United Kingdom (Parliament)
52. Mr William ABITBOL – European Parliament
53. Ms Renée WAGENER – Luxembourg (Parliament)
54. Lord MACLENNAN OF ROGART – United Kingdom (Parliament)
55. Ms. Elena PACIOTTI – European Parliament
56. Mr Manfred DAMMEYER – (Committee of the Regions) Observer
57. Ms Claude DU GRANDRUT – (Committee of the Regions) Observer
58. Mr Elmar BROK – European Parliament
59. Mr Iñigo MENDEZ DE VIGO – European Parliament

Thursday 12 June

1. Mr Elmar BROK – European Parliament
2. Mr Andrew DUFF – European Parliament
3. Ms Marietta GIANNAKOU – Greece (Parliament)
4. Mr Johannes VOGGENHUBER – European Parliament
5. Mr Jens-Peter BONDE – European Parliament
6. Mr Antonio VITORINO – Commission
7. Ms Hildegard PUWAK – Romania (Government)
8. Mr Josep BORRELL FONTELLES – Spain (Parliament)
9. Mr Dick ROCHE – Ireland (Government)
10. Mr René van der LINDEN – Netherlands (Parliament)
11. Mr Peter SKAARUP – Denmark (Parliament)
12. Mr Joschka FISCHER – Germany (Government)
13. Mr Jan FIGEL – Slovakia (Parliament)
14. Mr Ben FAYOT – Luxembourg (Parliament)
15. Ms Sylvia-Yvonne KAUFMANN – European Parliament
16. Mr Peter HAIN – United Kingdom (Government)
17. Mr Kimmo KILJUNEN – Finland (Parliament)
18. Mr Jürgen MEYER – Germany (Parliament)
19. Mr Caspar EINEM – Austria (Parliament)
20. Mr Michel BARNIER – Commission
21. Mr Lamberto DINI – Italy (Parliament)
22. Ms Hanja MAIJ-WEGGEN – European Parliament
23. Mr Edmund WITTBRODT – Poland (Parliament)
24. Ms Lena HJELM-WALLÉN – Sweden (Government)
25. Mr Robert BADINTER – France (Parliament)

Friday 13 June

1. Mr Iñigo MENDEZ DE VIGO – European Parliament
2. Mr René van der LINDEN – Netherlands (Parliament)
3. Ms Ana PALACIO – Spain (Government)
4. Mr Michel BARNIER – Commission
5. Mr Henning CHRISTOPHERSEN – Denmark (Government)
6. Ms Hildegard PUWAK – Romania (Government)
7. Mr Elmar BROK – European Parliament
8. Mr Alojz PETERLE – Slovenia (Parliament)
9. Mr Andrew DUFF – European Parliament
10. Mr Johannes VOGGENHUBER – European Parliament
11. Ms Sylvia-Yvonne KAUFMANN – European Parliament
12. Mr Gianfranco FINI – Italy (Government)
13. Mr Josef ZIELENIEC – Czech Republic (Parliament)
14. Mr Erwin TEUFEL – Germany (Parliament)
15. Mr Jens-Peter BONDE – European Parliament
16. Ms Anne VAN LANCKER – European Parliament
17. Mr Olivier DUHAMEL – European Parliament
18. Ms Danuta HÜBNER – Poland (Government)
19. Mr Antonio VITORINO – Commission
20. Mr Dominique de VILLEPIN – France (Government)
21. Mr Péter BALAZS – Hungary (Government)
22. Mr Gijs de VRIES – Netherlands (Government)
23. Mr Joschka FISCHER – Germany (Government)
24. Mr Louis MICHEL – Belgium (Government)
25. Mr Rytis MARTIKONIS – Lithuania (Government)
26. Ms Hanja MAIJ-WEGGEN – European Parliament
27. Mr Kimmo KILJUNEN – Finland (Parliament)
28. Mr Alain LAMASSOURE – European Parliament
29. Mr Frans TIMMERMANS – Netherlands (Parliament)
30. Mr Hannes FARNLEITNER – Austria (Government)
31. Mr Göran LENNMARKER – Sweden (Parliament)

=====